

390

## FATORES DETERMINANTES DA DIVULGAÇÃO DOS PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA NAS EMPRESAS NÃO FINANCEIRAS LISTADAS NA B3

Doutor/Ph.D. Ana Carolina Vasconcelos Colares [ORCID iD<sup>1</sup>](#), Doutor/Ph.D. Laura Edith Taboada Pinheiro [ORCID iD<sup>1</sup>](#), Doutor/Ph.D. José Alves Dantas [ORCID iD<sup>2</sup>](#), Doutor/Ph.D. Renata Turola Takamatsu [ORCID iD<sup>1</sup>](#)

<sup>1</sup>UFMG, Belo Horizonte, MG, Brazil. <sup>2</sup>Universidade de Brasília, Brasília, Brasília, Brazil

**Doutor/Ph.D. Ana Carolina Vasconcelos Colares**

[0000-0001-8317-752X](#)

**Programa de Pós-Graduação/Course**

Doutorado em Controladoria e Contabilidade - UFMG

**Doutor/Ph.D. Laura Edith Taboada Pinheiro**

[0000-0002-4511-7208](#)

**Programa de Pós-Graduação/Course**

Doutorado em Controladoria e Contabilidade - UFMG

**Doutor/Ph.D. José Alves Dantas**

[0000-0002-0577-7340](#)

**Doutor/Ph.D. Renata Turola Takamatsu**

[0000-0003-4423-9024](#)

**Programa de Pós-Graduação/Course**

Doutorado em Controladoria e Contabilidade - UFMG

### Resumo/Abstract

Essa pesquisa buscou investigar quais os determinantes da divulgação dos principais assuntos de auditoria com base em 309 empresas listadas na B3 durante o período de 2016 à 2020. Foram identificados 3.659 PAA na análise de 1.449 relatórios de auditoria, com uma média entre 2 e 3 PAA por relatório, com tendência de queda ao longo do período estudado. Os PAA foram classificados em 30 temas e observado que os mais recorrentes estavam relacionados com Contingências e Provisões, Reconhecimento de Receita e Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros. Em seguida, os PAA foram categorizados pelo risco da entidade (PAA\_RE) ou risco da conta (PAA\_RC), e consideradas como variáveis dependentes juntamente com o total de PAA para estimação de 3 modelos de dados em painel dinâmico (GMM), nos quais foram incluídas 6 variáveis sugeridas por especialistas, além das variáveis levantadas na literatura: quantidade de PAA divulgada no relatório anterior (PAA-1), opinião

modificada de auditoria no exercício anterior (OPN\_ANT), Processo Administrativo Sancionador na CVM (PAS), apontamento de deficiências significativas de controle interno (DEF\_CI), combinação de negócios no período (COMB\_NEG) e Goodwill (GOODW). Os resultados mostram que a quantidade de PAA divulgada é afetada negativamente por BIG4, SET\_REG e OPN, e, positivamente por PAA (t-1) e TAM. Com relação aos PAA\_RE, eles são afetados negativamente por BIG4, ESP\_AUD e OPN, e, positivamente por PAA\_RE (t-1), TR\_AUD, OPN\_ANT, DEF\_CI e COMB\_NEG. Sobre os PAA\_RC, eles são afetados negativamente por ESP\_AUD e CPLEX, e, positivamente por PAA\_RC (t-1), AUD\_FEE, TR\_AUD, TAM, PREJ e COMB\_NEG.

**Modalidade/Type**

Artigo Científico / Scientific Paper

**Área Temática/Research Area**

Auditoria e Tributos (AT) / Auditing and Tax



## FATORES DETERMINANTES DA DIVULGAÇÃO DOS PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA NAS EMPRESAS NÃO FINANCEIRAS LISTADAS NA B3

### RESUMO

Essa pesquisa buscou investigar quais os determinantes da divulgação dos principais assuntos de auditoria com base em 309 empresas listadas na B3 durante o período de 2016 à 2020. Foram identificados 3.659 PAA na análise de 1.449 relatórios de auditoria, com uma média entre 2 e 3 PAA por relatório, com tendência de queda ao longo do período estudado. Os PAA foram classificados em 30 temas e observado que os mais recorrentes estavam relacionados com Contingências e Provisões, Reconhecimento de Receita e Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros. Em seguida, os PAA foram categorizados pelo risco da entidade (PAA\_RE) ou risco da conta (PAA\_RC), e consideradas como variáveis dependentes juntamente com o total de PAA para estimação de 3 modelos de dados em painel dinâmico (GMM), nos quais foram incluídas 6 variáveis sugeridas por especialistas, além das variáveis levantadas na literatura: quantidade de PAA divulgada no relatório anterior (PAA<sub>t-1</sub>), opinião modificada de auditoria no exercício anterior (OPN\_ANT), Processo Administrativo Sancionador na CVM (PAS), apontamento de deficiências significativas de controle interno (DEF\_CI), combinação de negócios no período (COMB\_NEG) e *Goodwill* (GOODW). Os resultados mostram que a quantidade de PAA divulgada é afetada negativamente por BIG4, SET\_REG e OPN, e, positivamente por PAA (t-1) e TAM. Com relação aos PAA\_RE, eles são afetados negativamente por BIG4, ESP\_AUD e OPN, e, positivamente por PAA\_RE (t-1), TR\_AUD, OPN\_ANT, DEF\_CI e COMB\_NEG. Sobre os PAA\_RC, eles são afetados negativamente por ESP\_AUD e CPLEX, e, positivamente por PAA\_RC (t-1), AUD\_FEE, TR\_AUD, TAM, PREJ e COMB\_NEG.

**Palavras-chave:** Principais Assuntos de Auditoria. Julgamento do Auditor. Determinantes. Relatório de Auditoria. Auditoria Independente.

### 1. INTRODUÇÃO

Na ótica da Teoria da Agência, a auditoria independente tem a função de monitorar os agentes da firma que atuam como prestadores de informações, visando a redução de custos de comportamento oportunista, ao prestar informações sobre as rupturas contratuais identificadas (Jenson & Mecklin, 1976). No entanto, após diversos escândalos corporativos envolvendo fraudes contábeis – tais como os que ocorreram com a Enron, Xerox, Worldcom, Tyco, Parmalat – põe-se em cheque a credibilidade da qualidade da auditoria independente (Nagy, 2005), bem como a sua eficácia em cumprir com seu objetivo de prestar informações e reduzir a assimetria informacional existente entre principal e agente.

Desta forma, para dirimir essas questões, agentes reguladores têm criado diversas regras e normas a fim de recuperar a credibilidade do mercado de capitais e da própria auditoria independente (Clarke & Chantal, 2009). A Lei Sarbanes-Oxley (SOX) instituída no mercado norte-americano em 2002, por exemplo, foi um marco importante nesse movimento regulatório, pois instituiu inúmeras mudanças que afetam a estrutura do mercado de auditoria e a qualidade dos serviços de auditoria (Defond & Lennox, 2011), tais como a rotação do responsável técnico pela auditoria em períodos não superiores a 5 anos, a proibição de prestação de serviços que possam oferecer riscos à independência do

auditor, e a exigência de pré-aprovação pelo Comitê de Auditoria de quaisquer outros serviços que o auditor vier a prestar (Braunbeck, 2010).

Através do *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB), as *International Standards on Auditing* (ISA) são emitidas pelo *International Federation of Accountants* (IFAC). As ISAs são padrões internacionais de alta qualidade para auditoria, possibilitando a melhora da qualidade e consistência da prática em todo o mundo e fortalecendo a confiança pública na auditoria (*International Federation of Accountants*, 2019). Nesse contexto, uma mudança mais relevante na estrutura dos relatórios de auditoria contou com a inclusão da seção de principais assuntos de auditoria por meio da ISA 701 (NBC TA 701), que trouxe a necessidade de divulgar mais informações sobre a condução da auditoria e os temas que foram mais relevantes nesse processo.

Desta forma, Gold e Heilman (2019) afirmam que em um período de tempo relativamente curto, um número substancial de trabalhos de pesquisa apareceu com o objetivo de examinar as consequências das divulgações dos PAA para uma variedade de partes interessadas, sugerindo que este é um crescente corpo de pesquisas de auditoria, mas, os estudos futuros poderiam focar no processo de produção dos PAA que ainda não foram considerados em pesquisas anteriores e que também podem ter efeitos (indiretos) em vários relatórios e resultados de qualidade. Para as autoras, os futuros estudos de campo poderiam examinar o processo usado para identificar e selecionar PAA e como esse processo influencia a comunicação do auditor com a governança.

Nesse sentido, analisar a contribuição da divulgação dos principais assuntos de auditoria carece de mais evidências empíricas tanto no Brasil, como também em outros países. Por esta razão, identificar os fatores que influenciam nesta divulgação é essencial, uma vez que a própria norma NBC TA 701 afirma que a quantidade de principais assuntos de auditoria a ser incluída no relatório do auditor pode ser impactada por diversos fatores, tais como o porte e complexidade da entidade, natureza de seus negócios e ambiente, bem como fatos e circunstâncias do trabalho de auditoria (Conselho Federal de Contabilidade, 2016b). Mas, os fatores que afetam essa divulgação podem ir muito além, pois presume-se ainda que o auditor exerce diligência especial em casos particulares por causa da relevância pública do assunto, possíveis efeitos negativos de reputação em caso de distorções detectadas *ex post* e uma responsabilidade mais visível para com o público como um todo (Asbahr & Ruhnke, 2019).

Velte (2018) propôs investigar a relação entre a porcentagem de mulheres nos comitês de auditoria nas empresas do Reino Unido e as divulgações dos auditores sobre os PAA de 2014 a 2015, trazendo achados importantes, já que o modelo usado na pesquisa tem como variável dependente a legibilidade dos PAA. O estudo de Pinto e Morais (2018) se limita a determinar apenas os fatores que influenciam o número de principais assuntos que os auditores divulgaram no relatório em países europeus sob o novo regulamento, durante o exercício de 2016. Ferreira e Morais (2019) identificaram algumas variáveis determinantes da divulgação dos PAA no mercado brasileiro, mas a pesquisa se limitou a analisar somente o primeiro ano de aplicação da norma NBC TA 701. De forma similar, Ardito (2019) contribui com essa discussão incluindo empresas do Reino Unido, Hong Kong, Alemanha, Europa Ocidental (*Euronext*) e Brasil, mas analisou somente o exercício de 2017. Destaca-se ainda que nenhum dos estudos apontados analisou a ótica dos profissionais de auditoria, os quais efetivamente exercem o julgamento e decisão na divulgação dos principais assuntos de auditoria, sendo, portanto, uma lacuna a ser investigada a fim de encontrar resultados mais precisos.



Baseado nesse contexto, bem como nas pesquisas de Ferreira e Morais (2019), Pinto e Morais (2018), Velte (2018), Kitiwong e Srijunpetch (2019), Ardito (2019) e Sierra-Garcia (2019) que exploraram variáveis relacionadas com características da entidade auditada e da própria auditoria, a presente proposta de pesquisa tem o seguinte questionamento: Quais os fatores determinantes da divulgação dos principais assuntos de auditoria em empresas listadas na B3 durante o período de 2016 a 2020?

Esta pesquisa torna-se significativa tendo em vista que as recentes mudanças nas normas de auditoria tiveram impactos diretamente na forma dos relatórios de auditoria independente, tendo maiores poderes de influenciar a tomada de decisão de seus usuários, uma vez que relatos dos auditores expõem as deficiências internas ou riscos das empresas auditadas, além da própria qualidade de suas informações contábeis divulgadas. No Brasil, e mesmo no contexto internacional, observa-se que a temática ainda é pouco explorada e que a maioria das pesquisas publicadas é baseada em experimentos.

Acionistas e investidores podem entender a propensão dos auditores a incluir determinado tipo de principal assunto de auditoria (PAA) no relatório de auditoria da empresa auditada, e, também, podem convocar a administração para mitigar os riscos divulgados como PAA. O envolvimento dos PAA no processo de auditoria e os fatores que afetam o julgamento do auditor podem orientá-los a gerenciar de forma antecipada os riscos que podem ser assuntos de complexidade ao auditor e passíveis de serem divulgados como PAA.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

Dentre as características da auditoria apresentadas nos estudos de Pinto e Morais (2018), Ferreira e Morais (2019), Velte (2018), Sierra-Garcia *et al.* (2019), Kitiwong e Srijunpetch (2019) e Ardito (2019), serão analisados neste tópico o tipo de firma de auditoria, honorários de auditoria e de não auditoria, troca de auditor e tempo de relacionamento entre firma de auditoria e cliente, opinião da auditoria e especialização do auditor. A discussão de cada característica visa também resgatar conceitos e associações de pesquisas anteriores a fim de argumentar e fundamentar melhor a relação de cada variável com a divulgação dos PAA.

Em relação às características do cliente auditado apresentadas nos estudos de Pinto e Morais (2018), Ferreira e Morais (2019), Velte (2018), Sierra-Garcia *et al.* (2019), Kitiwong e Srijunpetch (2019) e Ardito (2019), são analisadas nesse tópico o tamanho da entidade, complexidade, situação financeira, setor de atuação e data base das demonstrações contábeis. A discussão de cada característica visa também resgatar conceitos e associações de pesquisas anteriores a fim de argumentar e fundamentar melhor a relação de cada variável com a divulgação dos PAA.

### 2.1. Tipo de firma de auditoria

A maiores firmas de auditoria do mundo são conhecidas pelo termo *Big Four* (*Big4*), são elas: KPMG, Pricewaterhouse Coopers, Ernst & Young e Deloitte Touche Tohmatsu. Por serem as maiores firmas, espera-se que apresentem maior qualidade (Francis & Yu, 2009) e, conseqüentemente, maiores taxas de auditoria. Essas características fazem com que essa variável (ser ou não ser uma *Big4*) seja importante nas pesquisas empíricas relacionadas com a auditoria independente, buscando saber os efeitos que a mesma pode causar em *proxies* de qualidade da própria auditoria (Ndubuisi &

Ezechukwu, 2017; Abid, Shaique, & Anwar, 2018) ou das demonstrações contábeis, bem como emissão da opinião do auditor e outros aspectos divulgados no relatório do mesmo.

Desta forma, embora seja esperado que as firmas *Big4* tenham maior capacidade de suportar a pressão dos clientes, identificando e relatando não conformidades, além dos estudos que já constataram que as entidades auditadas por *Big4* tiveram menor quantidade de PAA reportados, é possível considerar que essas entidades terão que atender às demandas da auditoria visando minimizar a possibilidade de emissão de uma opinião modificada ou a divulgação de informações que possam ter efeito negativo sobre a entidade, tais como elevado nível de julgamento nas demonstrações contábeis, os riscos do negócio e de controle. Ainda, firmas *Big4* tendem a ter maiores clientes, que por sua vez, podem ter maior e melhor estrutura para atender às demandas da auditoria, minimizando divulgações negativas por parte da firma. Nesse aspecto, o estudo de Lawrence, Minutti-Meza e Zhang (2011) sugere que há diferença de qualidade entre auditores *Big4* e não *Big4*, refletido pelas características da entidade auditada, sobretudo, pelo porte da mesma. Por essas razões, pode-se esperar que as entidades auditadas por *Big4* tenham menor divulgação de PAA no relatório do auditor independente em comparação com as auditadas por não *Big4*.

## 2.2. Honorários de Auditoria e de Não Auditoria

Para Bédard, Gonthier- Besacier e Schat (2018), por um lado os PAA devem exigir um esforço de auditoria adicional dos membros mais altos da equipe de trabalho para a determinação, preparação, documentação e revisão desta seção no relatório de auditoria, o que levaria a taxas de auditoria mais altas. Mas, por outro lado, também se pode argumentar que a divulgação de PAA é um exercício formal que realmente não afeta o esforço geral realizado pelo auditor e estão relacionados a informações já endereçadas no arquivo de auditoria e comunicadas ao comitê de auditoria. Colares, Alves e Ferreira (2019) corroboram com essa fala, ao constatarem que há um entendimento por parte dos auditores de que a identificação de riscos do cliente e os efeitos disso na execução de auditoria já eram procedimentos realizados, e que a divulgação disso no relatório de auditoria não acarretaria em grandes efeitos no planejamento e nos custos da auditoria.

Para Ferreira e Morais (2019) é de esperar que um valor elevado de honorários cobrados esteja anexado a um maior número de PAA reportado, sendo constatado em sua pesquisa, no mercado brasileiro em 2016, que o aumento dos honorários cobrados por parte da auditora pode resultar em menor número de PAA. Da mesma forma, os resultados de Pinto e Morais (2018) indicam que existe associação positiva entre a taxa de auditoria e o número de PAA divulgados, embora tenha sido contrário às expectativas dos autores. Eles explicam que as taxas de auditoria podem estar relacionadas ao maior risco do cliente, indicando que o risco de litígio domina qualquer dependência de auditor-cliente.

Desta forma, com base nas pesquisas apresentadas, neste estudo espera-se que maiores honorários de auditoria estejam associados à maior divulgação de PAA, principalmente aqueles relacionados com riscos do cliente, pois entidades de maior porte e complexidade demandam maiores custos de auditoria e têm maiores riscos no negócio.

## 2.3. Troca de Auditor

O rodízio de auditorias foi instituído no Brasil pela Comissão de Valores Mobiliários (1999) através da instrução normativa nº 308. Com a instrução normativa nº 509, a CVM alterou a regra ficando estabelecido que as companhias que instalarem e mantiverem um Comitê de Auditoria Estatutário (CAE) nas condições exigidas poderão

contratar auditor independente para a prestação de serviços por até 10 anos consecutivos, e as empresas que não tiverem esse comitê devem trocar a firma que audita seus números a cada cinco anos, com intervalo de três anos para recontração da empresa de auditoria (Comissão de Valores Mobiliários, 2011).

Conforme observado nas pesquisas anteriores citadas, a troca de auditor é um assunto muito explorado, no entanto, ainda há pouca literatura que relacione essa variável com a divulgação dos principais assuntos de auditoria. Nesse contexto, destaca-se a pesquisa de Sierra-Garcia *et al.* (2019), que embora tenha considerado a troca de auditor como uma variável explicativa para a divulgação dos PAA, os autores argumentaram que não há um sinal claro para tal relacionamento, pois o novo auditor pode ser mais conservador e incluir um número maior de PAA ou (por exemplo) ser menos experiente e incluir um número menor. Pinto e Moraes (2018) consideraram o tempo de relacionamento entre auditoria e cliente como uma variável explicativa da divulgação dos PAA, no entanto, não foi significativa no estudo.

Apesar da indefinição quanto aos efeitos da troca de auditor e do tempo de relacionamento auditor-cliente, na pesquisa de Seganfredo (2019) foi observado que o aumento na quantidade de PAA publicados foi maior para os casos em que houve rodízio de auditor e a manutenção da mesma quantidade foi mais presente quando o auditor se manteve o mesmo nos dois anos. Desta forma, nota-se maior conservadorismo por partes das auditorias ao reportarem mais PAA após a troca de firma, sendo, portanto, esperada uma relação positiva para esta variável. Ainda, considerando o estudo de Ghosh e Siriviriyakul (2018) que sugere a necessidade de monitorar melhor a independência do auditor e os julgamentos da auditoria quando o mandato é longo, especialmente para os auditores das Big 4, porque o vínculo econômico entre a empresa de auditoria e o cliente tende a aumentar com o tempo, espera-se, portanto, que o tempo de relacionamento entre auditor e cliente (*tenure*) tenha uma relação negativa com a divulgação dos principais assuntos de auditoria.

#### 2.4. Opinião da auditoria

De forma geral, observa-se que empresas com problemas financeiros tendem a gerar um alerta ao auditor aumentando a probabilidade de uma opinião modificada no relatório. Todavia, se não for constatada uma distorção relevante, o auditor poderá fazer outros tipos de divulgação, com foco na seção dos principais assuntos de auditoria. Cabe ressaltar que tanto os assuntos que foram base para opinião modificada como aqueles divulgados como PAA são considerados como principais assuntos pelo auditor, todavia, aqueles geraram distorções relevantes e, por essa razão, são divulgados como base para opinião com ressalva ou adversa. De acordo com a NBC TA 701, quando o auditor emite uma opinião com ressalva ou adversa, a comunicação dos PAA continua sendo importante para aumentar o entendimento da auditoria pelos usuários previstos e, portanto, aplicam-se os requisitos para determinar os principais assuntos de auditoria, no entanto, o auditor não deve comunicar um assunto como PAA quando, em conformidade com a NBC TA 705, ele deveria emitir opinião modificada em decorrência desse assunto (Conselho Federal de Contabilidade, 2016b). Ainda, quando o auditor se abstém de emitir uma opinião sobre as demonstrações contábeis, de acordo com a NBC TA 705, ele não deve comunicar os PAA em seu relatório (Conselho Federal de Contabilidade, 2016c).

Com base nas orientações das normas de auditoria, por um lado é esperado que um relatório contendo uma opinião modificada contenha menor número de PAA



divulgados, pois outros principais assuntos já estão sendo abordados no parágrafo base para opinião com ressalva ou adversa. Mas, por outro lado, espera-se que uma entidade que receba uma opinião modificada esteja relacionada a outros possíveis riscos das operações ou mesmo de julgamento da informação contábil sem necessariamente estarem vinculados às distorções relevantes identificadas, e, portanto, poderia receber maior número de PAA mesmo quando a opinião de auditoria seja modificada. Vik e Walter (2017) explicam essa questão, dado que a comunicação de PAA realiza-se em conjunto com a emissão da opinião do auditor, ou seja, quando o auditor considera um assunto de risco e aborda-o como reserva na opinião final, este assunto já não pode ser considerado na seção dos PAA. Além disso, apenas um estudo considerou a opinião da auditoria como uma variável determinante da divulgação dos PAA, sendo que nesta pesquisa, a autora encontrou uma significância negativa para essa variável, concluindo que quando a opinião da auditoria sobre as demonstrações contábeis é modificada, a tendência é que o relatório contenha menos PAA (Ferreira & Morais, 2019), o que também é a expectativa na presente pesquisa.

### 2.5. Especialização do auditor no Setor da Entidade Auditada

Especialização do auditor no setor se refere ao profundo nível de conhecimento que o profissional ou a firma detém sobre algum determinado setor. Para isso, os auditores fazem investimentos altos em conhecimento específico do setor, permitindo que eles ofereçam um produto diferenciado e criem barreiras de entrada para outras empresas de auditoria. Quando o conjunto de empresas auditadas têm características relativamente homogêneas, os auditores podem transferir esse conhecimento entre os clientes do setor com mais facilidade, resultando em economia de custos e economia de escala (Cahan, Godfrey, Hamilton & Jeter, 2008).

Quando se fala de qualidade da auditoria, não se pode limitar a discussão apenas aos procedimentos realizados, mas também em relação ao reporte da auditoria, evidenciando sua opinião e outros aspectos importantes identificados durante a realização do serviço. Portanto, embora a maioria dos estudos relacionados com a especialização da auditoria fazem menção a diferentes *proxies* de qualidade, alguns estudos focaram na relação com as informações do relatório da auditoria independente. A pesquisa de Serra e Rodriguez (2012) evidenciou por meio da aplicação de um questionário a uma amostra de 33 Analistas Financeiros, 32 Investidores e 33 Analistas de Crédito, que os três grupos analisados consideraram que os auditores com maior nível de especialização têm mais propensão para emitir Relatório de Auditoria modificado. Habib (2013) argumenta que os auditores especialistas do setor possuem maior propensão a expressar opiniões modificadas, dado seu conhecimento superior das indústrias de seus clientes, os auditores especialistas da indústria são mais capazes de avaliar se um cliente específico da indústria tem incerteza quanto à capacidade de continuidade operacional. Apesar da expectativa de uma associação positiva entre a especialização do setor de empresas de auditoria e a propensão dos auditores a emitir opiniões de auditoria modificadas, não foi constatada significância estatística desta variável na pesquisa.

Por fim, em se tratando de divulgação dos principais assuntos de auditoria, o raciocínio segue de forma similar à discussão sobre a emissão de uma opinião modificada, ou seja, espera-se que auditores especialistas tenham maior conhecimento e qualidade no serviço, portanto, a divulgação no relatório de auditoria seria mais completa e fidedigna. O estudo de Sierra-Garcia *et al.* (2019) considerou a especialização do auditor como uma

variável determinante da divulgação dos PAA. Apesar de não ter sido uma variável significativa no estudo, os autores explicam que os especialistas do setor incluiriam um número maior de PAA em seus relatórios de auditoria, devido à sua melhor compreensão do cliente e do setor, sendo, portanto, a mesma expectativa para a presente pesquisa.

## 2.6. Tamanho da Entidade

Observa-se ainda que o tamanho da empresa é também uma variável frequente nos estudos que abordam os fatores que influenciam na opinião modificada dos auditores. Essa discussão é válida, uma vez que o tamanho do cliente também pode influenciar na divulgação dos principais assuntos de auditoria. A própria NBC TA 701 já orienta que a quantidade de principais assuntos de auditoria a ser incluída no relatório do auditor pode ser impactada pelo porte da entidade (Conselho Federal de Contabilidade, 2016). Paralelamente, o estudo de Ireland (2003) realizado no Reino Unido mostra que as grandes empresas são menos propensas a receber opinião modificada relacionada a incerteza relacionada à capacidade de continuidade operacional. Gaganis e Pasiouras (2007) constataram que os bancos asiáticos que recebem opiniões qualificadas são, em geral, de menor porte. Foster e Shastri (2016) mostraram que o tamanho dos ativos das *startups* americanas pode influenciar as modificações de opinião dos auditores. Por outro lado, no mercado brasileiro, Marques *et al.* (2015) constataram que maior tamanho da empresa aumenta a probabilidade de receber uma opinião modificada, mostrando que o comportamento desta variável ainda não gerou consenso nos estudos anteriores quanto aos efeitos na emissão da opinião de auditoria.

Em relação à divulgação dos principais assuntos de auditoria, outras pesquisas anteriores de Ferreira e Morais (2019), Pinto e Morais (2018), Sierra-Garcia *et al.* (2019), Kitiwong e Srijunpetch (2019), Ardito (2019), Suttipun (2020) e Özcan (2021) testaram a influência do tamanho/porte da entidade, encontrando uma relação significativa e positiva. Ferreira e Morais (2019) defendem que é de se esperar que empresas de maior porte detenham um maior número de PAA, em resposta ao maior risco do cliente. Ardito (2019) explica que empresas de maior porte terão maior complexidade, portanto, os auditores irão incluir um maior número de PAA como áreas sensíveis nas auditorias. Pinto e Morais (2018) apresentam dois possíveis argumentos já discutidos neste tópico: i) maiores clientes podem pressionar os auditores a divulgarem menos PAA; e, ii) há maior probabilidade de divulgação dos PAA em decorrência da complexidade da entidade, sendo esta hipótese defendida e constatada pela pesquisa das autoras.

A complexidade da entidade de grande porte é considerada na presente pesquisa como uma relação positiva esperada quanto à divulgação dos PAA, pois apesar da possível dependência financeira existente na firma de auditoria, a expectativa é que o risco potencial de litígios e a necessidade de proteger a reputação da firma se sobreponham à qualquer relação de dependência.

## 2.7. Complexidade da Entidade

A complexidade está muitas vezes associada ao tamanho da empresa (Ardito, 2019), e, portanto, também ao risco. Por essa razão, o tamanho da entidade também é usado como *proxy* da complexidade do cliente e do perfil de risco (Zerni, 2011). O risco reflete também no esforço da auditoria, pois conforme Bell, Knechel e Willingham Jr. (1994) a complexidade do cliente está significativamente correlacionada com as horas de auditoria adicionais para grandes clientes, mas não para pequenos clientes. Para Chaney, Jeter e Shivakumar (2004), maior complexidade de transações está associada a um maior



esforço de auditoria e pode aumentar a probabilidade inerente de distorção relevante. Já na pesquisa de Blokdijs, Driehuisen, Simunic e Stein (2003), foi constatado que o nível de materialidade planejado na auditoria se reduz em relação a complexidade do cliente.

A norma NBC TA 701 destaca ainda que a quantidade de principais assuntos de auditoria a serem incluídos no relatório do auditor pode ser impactada pela complexidade da entidade, natureza de seus negócios e ambiente, bem como fatos e circunstâncias do trabalho de auditoria (Conselho Federal de Contabilidade, 2016b). Desta forma, destacam-se ainda pesquisas anteriores que abordaram a complexidade do cliente como um fator determinante da divulgação dos principais assuntos de auditoria. Sierra-Garcia *et al.* (2019) esperam que clientes complexos exijam mais esforço de auditoria e, portanto, seus relatórios de auditoria apresentem um número maior de PAA. Os autores utilizaram o número de subsidiárias para representar a complexidade das entidades, no entanto essa variável apresentou relação negativa no estudo. Também utilizaram o logaritmo natural das contas de receitas, estoques, imobilizado, *goodwill* e intangíveis como *proxies* para a complexidade, encontrando uma relação positiva e significativa para todas as variáveis, exceto os intangíveis. Para Pinto e Moraes (2018), quanto mais complexo o cliente, mais arriscada é a auditoria da empresa. Com o objetivo de reduzir sua responsabilidade e manter sua reputação, o auditor tende a divulgar mais PAA em empresas com um número maior de segmentos de negócios, sendo essa hipótese confirmada nesse estudo, em Kitiwong e Srijunpetch (2019), Cruz *et al.* (2019), Suttipun (2020) e Özcan (2021). Ferreira e Moraes (2019) explicam que o aumento da complexidade do cliente leva ao aumento do risco do cliente para o auditor, sendo que quanto maior o número de segmentos da empresa, maior o número de PAA esperados, todavia, sendo essa variável significativa no estudo. Na mesma ótica das pesquisas anteriores, por se esperar maior risco das entidades mais complexas, entende-se que isso possa levar a um maior esforço e julgamento da auditoria, refletindo em maior cuidado e conservadorismo na hora de divulgar os principais assuntos de auditoria.

## 2.8. Situação Financeira da Entidade

Sobre as pesquisas anteriores que relacionam o desempenho financeiro da entidade com a divulgação dos principais assuntos de auditoria, os resultados são um pouco divergentes com o que foi visto em relação à divulgação da opinião de auditoria. Para o endividamento (dívidas/ativo total), Sierra-Garcia *et al.* (2019) assumem que essa variável captura o efeito de possíveis problemas financeiros, e que empresas altamente alavancadas precisarão divulgar um número maior de PAA, todavia, constataram um sinal contrário ao que esperavam. Sobre a liquidez, os autores esperavam que as empresas com menor risco de liquidez (ativo circulante/passivo circulante) relatem menos PAA, porém os resultados também mostraram sinal inverso, indicando que as empresas que têm maior liquidez, têm mais PAA divulgados. Resultado similar foi constatado para o retorno do ativo (lucro/ativo total) e contraditório para a variável 'prejuízo', mostrando que as empresas com maior liquidez, que são mais lucrativas (ROA) ou que apresentaram perdas durante o ano divulgam maior número de PAA.

Para Ferreira e Moraes (2019) levantaram as hipóteses, porém não obtiveram significância nas variáveis, de que empresas com maior endividamento revelem um maior número de PAA, e que empresas com maior rentabilidade resulte num maior número de PAA no relatório final de auditoria, que, conforme as autoras, isso ocorre em resposta ao

maior risco da empresa em questão, o que concordaria com os resultados de Velte (2018) e Kitiwong e Srijunpetch (2019).

Desta forma, com base nas pesquisas anteriores, espera-se que empresas com maior endividamento recebam mais PAA no relatório de auditoria em decorrência do risco da entidade e a necessidade que o auditor terá de proteger sua reputação ao comunicar fatores de risco. Espera-se ainda que as empresas com maior liquidez e rentabilidade tenham mais PAA divulgados, pois empresas com maiores retornos têm maior espaço para *accruals* e estimativas que aumentam o risco de auditoria. Por outro lado, espera-se que entidades que incorram em prejuízo durante o exercício recebam mais PAA como forma de o auditor sinalizar a situação. Aumentando o risco de auditoria, os auditores estarão mais atentos a esses eventos que em empresas com maiores retornos têm mais chances de ocorrer.

## 2.9. Setor regulado

Os setores regulados por agências governamentais geram ainda maior demanda e esforço por parte da auditoria, pois seguem normas e diretrizes que as diferenciam das demais, necessitando de uma atenção especial do auditor sobre essas questões e a divulgação no relatório, no caso de não atendimento à essas normas ou a complexidade delas. Silva, Galdi e Teixeira (2010) reconhecem que a intervenção do Estado por meio de regulação evidencia regras bem definidas para dirigir ou manter uma relação de equilíbrio dos diversos setores da economia, com efeito através da implantação de uma estrutura de fiscalização e investigação. No Brasil há diversas agências reguladoras que são responsáveis pela gestão de interesses privados, quais sejam: Agência Nacional de Águas (Ana), Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Agência Nacional de Cinema (Ancine), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Agência Nacional de Petróleo (ANP), Agência Nacional de Saúde Complementar (ANS), Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Agência Nacional de Transporte Aquaviário (Antaq), Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). De acordo com a Associação Brasileira de Agências de Regulação (2018), a regulação estatal consiste em disciplinar uma atividade mediante a emissão de comandos normativos, de caráter geral, ainda que com abrangência meramente setorial.

A pesquisa de Pinto e Moraes (2018) trata apenas o setor financeiro como regulado no Reino Unido em 2016, constatando relação negativa e significativa na quantidade de PAA reportada. Os autores explicam que os auditores podem encontrar menos áreas de risco nas auditorias de empresas mais regulamentadas e supervisionadas. Devido ao papel dos reguladores e supervisores, os auditores precisam executar um trabalho de auditoria menos extenso do que os auditores de outras empresas e, portanto, tendem a divulgar menos PAA. Com resultado divergente, Ardito (2019) evidenciou uma relação positiva e significativa, no entanto, não explicou tal achado. Sua pesquisa foi realizada com empresas do Reino Unido, Hong Kong, Alemanha, Europa Ocidental (Euronext) e Brasil, considerando o exercício de 2017, portanto, uma possível divergência pode ser explicada por características distintas nesses mercados e no período analisado, comparativamente com Pinto e Moraes (2018), cujo estudo foi realizado no Reino Unido em 2016.

Com base nas discussões anteriores, espera-se que o nível de divulgação dos PAA seja estatisticamente diferente entre os setores econômicos, sendo esperada uma maior quantidade para aqueles que são regulados por agências governamentais. Apesar de não ter sido apresentado um consenso nos estudos anteriores, se por um lado, tem-se que as



empresas reguladas apresentam baixo nível de gerenciamento de resultados (Silva, Vasconcelos & De Luca, 2017) e os auditores precisam executar um trabalho de auditoria menos extenso devido o papel dos reguladores (Pinto & Moraes, 2018), por outro lado, foi constatada relação positiva e significativa em estudo realizado no mercado brasileiro (Ardito, 2019), e as empresas reguladas estão sujeitas ao atendimento a diversos normativos de agências governamentais, tornando o trabalho da auditoria mais complexo.

### 3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste tópico são abordadas as informações necessárias para entendimento sobre o objetivo específico de testar empiricamente os fatores que explicam a divulgação dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor independente das empresas listadas na B3, no período de 2016 a 2020.

#### 3.1. População e amostra do estudo

A população do estudo é composta por todas as empresas não financeiras listadas na B3, totalizando 333 entidades (B3a, 2020). As empresas do setor financeiro foram retiradas da amostra por apresentarem características distintas dos demais setores, podendo influenciar as variáveis que estão relacionados com indicadores de desempenho, que são mensurados de forma diferente em comparação aos demais setores. Do total de empresas, foram consideradas aquelas com dados disponíveis na base de dados Econômica, perfazendo amostra de 309 companhias. O período de análise corresponde aos anos de 2016 (primeiro ano da norma NBC TA 701 que trata sobre a divulgação dos principais assuntos de auditoria) a 2020 (período mais recente na pesquisa).

**Tabela 1. Setores econômicos de análise no estudo**

SETOR ECONÔMICO	EMPRESAS	%
Bens Industriais	59	19,09%
Comunicações	5	1,62%
Consumo Cíclico	85	27,51%
Consumo não cíclico	25	8,09%
Materiais Básicos	30	9,71%
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	11	3,56%
Saúde	21	6,80%
Tecnologia da Informação	10	3,24%
Utilidade Pública	47	15,21%
Outros	16	5,18%
<b>TOTAL</b>	<b>309</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Observou-se ainda que algumas empresas abriram ou fecharam o capital durante o período analisado, no entanto, não foi necessário excluí-las, pois foi utilizado um modelo de dados em painel não balanceado.

#### 3.2. Coleta dos dados

Buscando avanço no estudo em relação às pesquisas anteriores, além das variáveis apresentadas na literatura, buscou-se testar novas variáveis de estudo sugeridas por uma amostra de 32 especialistas em auditoria independente por meio da aplicação de duas rodadas da Técnica Delphi. É importante destacar que durante as estimativas dos modelos

econométricos houve a necessidade de exclusão de algumas variáveis em decorrência da adequabilidade e validação dos modelos apresentados pelos testes realizados.

Foram apresentados três modelos econométricos com dados em painel, visando determinar os fatores que afetam na quantidade de principais assuntos de auditoria divulgada, bem como na natureza dos assuntos relacionada ao risco do cliente e aos itens das demonstrações financeiras. Os dados foram coletados em diversas fontes, tais como o relatório de auditoria, formulário de referência, base de dados Economatica e notas explicativas, disponíveis nos relatórios financeiros anuais consolidados das companhias e sites da B3 e Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Tabela 2 apresenta as características das variáveis dos modelos, proxy, fonte dos dados e o sinal esperado para cada variável, conforme fundamentação teórica apresentada no referencial teórico.

**Tabela 2. Variáveis do estudo**

SIGLA	PROXY	Sinal Esperado
PAA	Quantidade de principais assuntos de auditoria divulgada no relatório do auditor independente.	(Variável Dependente)
PAA_RE	Quantidade de principais assuntos de auditoria divulgada no relatório do auditor independente relacionada ao risco da entidade como um todo (impostos, contencioso/ disposições regulamentares, combinações de negócios, controles, TI e outros).	(Variável Dependente)
PAA_RC	Quantidade de principais assuntos de auditoria divulgada no relatório do auditor independente relacionada ao risco das contas, ou seja, itens das demonstrações financeiras (receitas, intangíveis, imobilizado, estoques, <i>impairment</i> de ativos, etc).	(Variável Dependente)
BIG4	Variável <i>dummy</i> : apresenta '1' se a firma de auditoria for Big4, e '0' caso contrário.	Negativo
AUD_FEE	Logaritmo Natural do total de honorários de auditoria no período.	Positivo
OPN	Variável <i>dummy</i> : apresenta '1' se a opinião do auditor for modificada, e '0' caso contrário.	Negativo
TR_AUD	Variável <i>dummy</i> : apresenta '1' se houver troca de auditor no período, e '0' caso contrário.	Positivo
ESP_AUD	Variável <i>dummy</i> : apresenta '1' se for especialista no setor, e '0' caso contrário. É considerado como especialista quando o índice for maior que 0,5, sendo calculado pela razão entre os honorários de auditoria da firma em entidades do setor pelos honorários de auditoria no setor.	Positivo
TAM	Logaritmo Natural do Ativo Total.	Positivo
END	Capital de terceiros dividido pelos recursos totais.	Positivo
ROA	Resultado do exercício dividido pelo ativo total.	Positivo
PREJ	Variável <i>dummy</i> : apresenta '1' se a entidade apresentou prejuízo no exercício, e '0' caso contrário.	Positivo
CPLEX	Logaritmo Natural do número de subsidiárias.	Positivo
SET_REG	Variável <i>dummy</i> : apresenta '1' se a entidade atua em setor regido por Agências Reguladoras, e '0' caso contrário.	Positivo
COM_AUD*	Variável <i>dummy</i> : apresenta '1' se a entidade possui Comitê de Auditoria, e '0' caso contrário.	Negativo
OPN_ANT**	Variável <i>dummy</i> : apresenta '1' se a opinião do auditor no ano anterior for modificada, e '0' caso contrário.	Positivo
GOODW**	Valor do <i>Goodwill</i>	Positivo
PAS**	Variável <i>dummy</i> : apresenta '1' se a entidade possui Processo Administrativo Sancionador na CVM, e '0' caso contrário.	Positivo

DEF_CI**	Variável <i>dummy</i> : apresenta '1' se a entidade possui deficiência de Controle Interno apontada pelo auditor no relatório de controles internos, e '0' caso contrário.	Positivo
COMB_NEG**	Variável <i>dummy</i> : apresenta '1' se a entidade incorreu em combinação de negócios, e '0' caso contrário.	Positivo
PAA <sub>t-1</sub> **	Quantidade de PAA no exercício anterior.	Positivo

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Ainda sobre a coleta dos dados, é importante dar atenção ao tratamento das variáveis resposta dos modelos econométricos. Após tabulados 3.659 principais assuntos de auditoria em 1.459 relatórios de auditoria, os mesmos foram classificados de acordo com o tema apresentado, sendo utilizadas os temas com base em Ibracon (2017; 2018) e categorizados pelo risco de acordo com Lennox *et al.* (2019) e Sierra García *et al.* (2019).

Ao todo foram 31 temas, sendo que sete foram adicionados para refletir melhor a classificação de alguns PAA que não se encaixavam nos temas já utilizados pelo Ibracon (2017; 2018): arrendamentos (tema muito recorrente após IFRS 16), intangíveis, subvenções governamentais (foco na avaliação a valor justo), Outros – Risco da conta (para PAA que não se encaixavam em nenhuma categoria do risco da conta), Recuperação judicial, Empréstimos e financiamentos (muito relacionado com problemas de *covenants*) e Outros – Risco da entidade (para PAA que não se encaixavam em nenhuma categoria do risco da entidade).

Após classificar os PAA por temas, esses foram substituídos pelas categorias utilizadas por Lennox *et al.* (2019) e Sierra García *et al.* (2019) para que também fosse possível estimar os modelos para explicar a divulgação dos PAA relacionados ao risco da conta e da entidade, buscando identificar se as características da entidade e da firma de auditora apresentam comportamento diferente de acordo com a categoria de PAA.

### 3.3. Método dos Momentos Generalizados (GMM)

Objetivando responder ao problema descrito nesta pesquisa, referente a verificação de quais são os determinantes da divulgação dos principais assuntos de auditoria constantes no relatório do auditor independente no Brasil, faz-se necessária a utilização de abordagem econométrica de painel dinâmico.

Na presente pesquisa, integram o conjunto de regressores as defasagens das variáveis respostas referentes à divulgação dos principais assuntos de auditoria, o que determina a impossibilidade de utilização de abordagem econométrica de dados em painel (*Pooled*, Efeito Fixo e Efeito Aleatório). Nesse sentido, a necessidade da abordagem painel dinâmico, para tratamento dos dados que integram a amostra deste estudo, está atrelada a quebra do pressuposto de exogeneidade estrita (problema de endogeneidade) requerida pelas abordagens de dados em painel (Wooldridge, 2002).

No que se refere a adequabilidade de ajuste do GMM, a literatura estatística evidencia os seguintes testes para verificação de ajuste da abordagem: teste de autocorrelação de Arellano e Bond utilizado para verificar a existência de autocorrelação de primeira e segunda ordem; teste de Hansen/Sagan objetiva verificar a viabilidade dos instrumentos utilizados no modelo proposto; teste de teste DIF-Hansen tem como escopo verificar adequabilidade entre as metodologias GMM em Diferenças e GMM- Sistemico. O teste de autocorrelação de Arellano e Bond é utilizado com o intuito de verificar a existência e autocorrelação de ordem 1 (um) a qual se espera apresentar significância negativa. Além disso, espera-se, também, a inexistência de autocorrelação de ordem 2

(dois). A hipótese nula do teste de Arellano e Bond evidencia a pressuposição de inexistência de autocorrelação (Baum, 2006).

Nesse contexto, tendo em vista o escopo de responder aos objetivos propostos nesta pesquisa, estimaram-se os seguintes modelos econométricos por meio da abordagem GMM:

$$Y_{i,t} = \sum \alpha_i Y_{i,t-1} + \beta_1 \text{BIG4}_{i,t} + \beta_2 \text{AUD\_FEE}_{i,t} + \beta_3 \text{OPN}_{i,t} + \beta_4 \text{TR\_AUD}_{i,t} + \beta_5 \text{ESP\_AUD}_{i,t} + \beta_6 \text{TAM}_{i,t} + \beta_7 \text{END}_{i,t} + \beta_8 \text{ROA}_{i,t} + \beta_9 \text{PREJ}_{i,t} + \beta_{10} \text{CPLEX}_{i,t} + \beta_{10} \text{SET\_REG}_{i,t} + \beta_{11} \text{COM\_AUD}_{i,t} + \beta_{12} \text{OPN\_ANT}_{i,t} + \beta_{13} \text{GOODW}_{i,t} + \beta_{14} \text{PAS}_{i,t} + \beta_{15} \text{DEF\_CI}_{i,t} + \beta_{16} \text{COMB\_NEG}_{i,t} + c_i + \varepsilon_{i,t}$$

em que as variáveis são aquelas apresentadas na Tabela 2.

#### 4. RESULTADOS

A seguir são evidenciados os modelos GMM estimados, com vistas a alcançar o objetivo específico de testar empiricamente os fatores que explicam a divulgação dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor independente das empresas listadas na B3 nos exercícios de 2016 a 2020. Antecedem a apresentação dos referidos modelos estimados a evidenciação das estatísticas de ajuste a eles atreladas.

##### 4.1. Estatísticas de ajuste dos modelos propostos no estudo

As tabelas que se seguem evidenciam os modelos econométricos GMM estimados neste estudo. Para cada um dos modelos estimados é possível verificar as estatísticas de validação dos modelos propostos. O teste de autocorrelação de Arellano Bond evidencia o atendimento ao pressuposto de inexistência de autocorrelação de segunda ordem.

No que se refere a validade dos instrumentos propostos, verifica-se, a partir dos testes de Sargan e Hansen, a não rejeição das hipóteses nulas dos testes que assumem a viabilidade dos instrumentos utilizados pelos modelos propostos neste estudo.

A escolha entre as abordagens GMM em Diferenças e GMM sistêmico é feita a partir do teste Dif-Hansen que, para todos os três modelos propostos, apontou a não rejeição de  $H_0$  a qual assume a viabilidade do GMM Sistêmico para estimação dos parâmetros do modelo proposto. Nesse sentido, o resultado evidenciado pelo teste de Dif-Hansen determina que todos os modelos apresentados nesta pesquisa sejam estimados por meio do GMM Sistêmico.

Por fim, o teste de significância global dos modelos estimados, no presente estudo, é dado pelo teste de Wald que evidencia a rejeição de sua hipótese nula que assume a inexistência de significância global do modelo proposto. Uma vez atendida as pressuposições de ajuste da abordagem GMM, os resultados obtidos pela sua utilização podem ser analisados. A seguir são apresentados os resultados do modelo GMM estimado para a variável PAA utilizando como regressores as variáveis consideradas nesta pesquisa.

**Tabela 3. Modelo GMM estimado para variável dependente PAA.**

<i>Variável dependente PAA</i>			
<i>Variável</i>	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>P-Valor</i>
<i>PAA<sub>t-1</sub></i>	<i>0,6427 ***</i>	<i>0,2010</i>	<i>0,0010</i>
<b>BIG4</b>	<b>-0,5685 ***</b>	<b>0,2059</b>	<b>0,0060</b>
AUD_FEE	0,0000	0,0000	0,7390
OPN	<b>-0,9388 **</b>	<b>0,3630</b>	<b>0,0100</b>
TR_AUD	0,0192	0,1287	0,8810

ESP_AUD	-0,1474	0,1840	0,4230
<b>TAM</b>	<b>0,1875 **</b>	<b>0,0925</b>	<b>0,0430</b>
ROA	-0,0003	0,0009	0,7790
CPLEX	-0,0025	0,0039	0,5280
<b>SET_REG</b>	<b>-0,1951 *</b>	<b>0,1117</b>	<b>0,0810</b>
COM_AUD	-0,1054	0,1472	0,4740
PREJ	0,0926	0,1515	0,5410
ENDIV	0,0011	0,0016	0,5160
OPN_ANT	0,3322	0,4331	0,4430
PAS	-0,0102	0,2290	0,9650
DEF_CI	-0,0193	0,1116	0,8630
COMB_NEG	0,1298	0,1931	0,5020
GOODW	0,0000	0,0000	0,6880
Constante	-1,3687	1,1649	0,2400
<b>Estatísticas de validação do modelo GMM proposto</b>			
<b>AR (1)</b>	<b>-2,72***</b>		
<b>AR (2)</b>	1,06		
<b>Teste de Sargan</b>	29,16		
<b>Teste de Hansen</b>	35,03		
<b>Teste de Dif. Hansen</b>	14,85		
<b>Teste de Wald</b>	<b>109,36***</b>		
<b>Nº de observações</b>	748		
<b>Nº de Grupos</b>	276		
<b>Nº de Instrumentos</b>	47		

Fonte: Resultados da pesquisa (2021).

Notas: AR (1) e AR (2) - verificação da existência de autocorrelação de primeira e segunda ordem entre os termos de erros; testes de Sargan e Hansen verificam o pressuposto de exogeneidade dos instrumentos; Dif-Hansen – validade da abordagem GMM – Sistemico. As significâncias estatísticas dos testes são representadas por meio da seguinte simbologia: \*10%; \*\*5%; \*\*\*1%.

A significância da defasagem da variável resposta PAA evidencia a necessidade da abordagem de painel dinâmico para a correta estimação dos parâmetros do modelo proposto e aponta, também, a influência positiva e significativa das informações passadas inerentes à quantidade de PAA divulgados no relatório do auditor independente sobre a quantidade de PAA no relatório do exercício anual seguinte.

Em relação ao fato de a entidade amostrada ser classificada como Big4, verifica-se uma influência negativa e significativa sobre a variável resposta PAA, embora não tenha apresentado consenso entre os especialistas na Técnica Delphi. Outro fator capaz de influenciar negativamente a quantidade de principais assuntos de auditoria, divulgados no relatório do auditor independente, é o fato de a entidade atuar em setor que seja regulado. No que tange à modificação da opinião do auditor, percebe-se que esta variável, analogamente ao que foi evidenciado com a variável BIG4, impacta na quantidade de PAA de forma negativa e significativa. Por fim, a *proxy* de tamanho da entidade apresenta influência positiva e significativa sobre a variável PAA, evidenciando que quanto maior é o porte da entidade, maior tende a ser a quantidade de principais assuntos de auditoria divulgados no relatório do auditor independente.

A Tabela 4 mostra o modelo GMM proposto para estimar os efeitos das variáveis regressoras, consideradas nesta pesquisa, sobre a variável PAA\_RE.

**Tabela 4. Modelo GMM estimado para variável dependente PAA\_RE.**

*Variável dependente PAA\_RE*

<i>Variável</i>	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>P-Valor</i>
<b>PAA_RE<sub>t-1</sub></b>	<b>0,2283 **</b>	<b>0,1036</b>	<b>0,0280</b>
<b>BIG4</b>	<b>-0,1731 *</b>	<b>0,0930</b>	<b>0,0630</b>
AUD_FEE	0,0000	0,0000	0,3510
<b>OPN</b>	<b>-0,3197 *</b>	<b>0,1924</b>	<b>0,0970</b>
<b>TR_AUD</b>	<b>0,1540 *</b>	<b>0,0854</b>	<b>0,0710</b>
<b>ESP_AUD</b>	<b>-0,1762 *</b>	<b>0,1066</b>	<b>0,0980</b>
TAM	0,0406	0,0285	0,1550
ROA	0,0005	0,0006	0,3620
CPLEX	0,0004	0,0020	0,8220
SET_REG	-0,0555	0,0856	0,5170
COM_AUD	0,0616	0,0842	0,4640
PREJ	0,0943	0,0752	0,2100
ENDIV	-0,0016	0,0011	0,1310
<b>OPN_ANT</b>	<b>0,3942 *</b>	<b>0,2077</b>	<b>0,0580</b>
PAS	0,2211	0,1511	0,1430
<b>DEF_CI</b>	<b>0,0973 *</b>	<b>0,0561</b>	<b>0,0830</b>
<b>COMB_NEG</b>	<b>0,2641 **</b>	<b>0,1035</b>	<b>0,0110</b>
GOODW	0,0000	0,0000	0,5110
Constante	-0,1791	0,3721	0,6300

***Estatísticas de validação do modelo GMM proposto***

<b>AR (1)</b>	<b>-2,18**</b>
<b>AR (2)</b>	<b>-1,53</b>
<b>Teste de Sargan</b>	<b>32,51</b>
<b>Teste de Hansen</b>	<b>35,63</b>
<b>Teste de Dif. Hansen</b>	<b>14,99</b>
<b>Teste de Wald</b>	<b>53,25***</b>
<b>Nº de observações</b>	<b>748</b>
<b>Nº de Grupos</b>	<b>276</b>
<b>Nº de Instrumentos</b>	<b>54</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

Notas: AR (1) e AR (2) - verificação da existência de autocorrelação de primeira e segunda ordem entre os termos de erros; testes de Sargan e Hansen verificam o pressuposto de exogeneidade dos instrumentos; Dif-Hansen – validade da abordagem GMM – Sistemico. As significâncias estatísticas dos testes são representadas por meio da seguinte simbologia: \*10%; \*\*5%; \*\*\*1%.

Analogamente ao modelo, anteriormente proposto, verifica-se a influência positiva e significativa da defasagem da variável quantidade de PAA, divulgados no relatório do auditor independente, relacionados ao risco do cliente como um todo. Este achado mostra a viabilidade da abordagem GMM para estimação dos parâmetros do modelo proposto e evidencia a influência positiva e significativa dos valores passados de PAA\_RE sobre as quantidades evidenciadas no presente.

Verifica-se que o impacto negativo e significativo sobre a quantidade de principais assuntos de auditoria, divulgados no relatório do auditor independente, relacionados ao risco do cliente como um todo são decorrentes dos seguintes fatores: a entidade é auditada por Big4 (BIG4), modificação de opinião do auditor (OPN) e auditor ser especialista no setor no qual a entidade atua (ESP\_AUD). Entretanto, são fatores capazes de impactar de forma positiva e significativa PAA\_RE as seguintes variáveis: a troca de auditor (TR\_AUD), o fato de a opinião do auditor no ano anterior ter sido modificada (OPN\_ANT), a entidade evidenciar deficiência de controle interno apontada pelo auditor (DEF\_CI) e, por fim, a entidade amostrada incorrer em

combinação de negócios no período (COMB\_NEG). Destaca-se ainda que, mesmo significativas nesse modelo, tanto BIG4 quanto TR\_AUD foram variáveis as quais não apresentaram consenso entre os especialistas.

A Tabela 5 apresenta o modelo GMM proposto para estimar os efeitos das variáveis regressoras, estudadas, sobre a variável PAA\_RC.

**Tabela 5. Modelo GMM estimado para variável dependente PAA\_RC.**

<i>Variável dependente PAA_RC</i>			
<i>Variável</i>	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>P-Valor</i>
<b>PAA_RC<sub>t-1</sub></b>	<b>0.8620 ***</b>	<b>0.1768</b>	<b>0.0000</b>
BIG4	0.0030	0.1989	0.9880
<b>AUD_FEE</b>	<b>0.0000 *</b>	<b>0.0000</b>	<b>0.0760</b>
OPN	-0.2151	0.4591	0.6390
<b>TR_AUD</b>	<b>0.3391 *</b>	<b>0.1785</b>	<b>0.0580</b>
<b>ESP_AUD</b>	<b>-0.5585 ***</b>	<b>0.1984</b>	<b>0.0050</b>
<b>TAM</b>	<b>0.2164 *</b>	<b>0.1169</b>	<b>0.0640</b>
ROA	-0.0009	0.0008	0.2580
<b>CPLEX</b>	<b>-0.0125 ***</b>	<b>0.0046</b>	<b>0.0070</b>
SET_REG	-0.1433	0.1385	0.3010
COM_AUD	-0.1623	0.1681	0.3340
<b>PREJ</b>	<b>0.3252 *</b>	<b>0.1679</b>	<b>0.0530</b>
ENDIV	-0.0090	0.0061	0.1360
OPN_ANT	0.3400	0.4299	0.4290
PAS	0.0887	0.2606	0.7340
DEF_CI	0.0628	0.1222	0.6070
<b>COMB_NEG</b>	<b>0.7061 **</b>	<b>0.2894</b>	<b>0.0150</b>
GOODW	0.0000	0.0000	0.9300
Constante	-1.9378	1.6165	0.2310
<i>Estatísticas de validação do modelo GMM proposto</i>			
<b>AR (1)</b>		-1,21	
<b>AR (2)</b>		-1,59	
<b>Teste de Sargan</b>		12,09	
<b>Teste de Hansen</b>		21,75	
<b>Teste de Dif. Hansen</b>		10,34	
<b>Teste de Wald</b>		<b>92,95***</b>	
<b>Nº de observações</b>		748	
<b>Nº de Grupos</b>		276	
<b>Nº de Instrumentos</b>		40	

Fonte: Dados da pesquisa.

Notas: AR (1) e AR (2) - verificação da existência de autocorrelação de primeira e segunda ordem entre os termos de erros; testes de Sargan e Hansen verificam o pressuposto de exogeneidade dos instrumentos; Dif-Hansen – validade da abordagem GMM – Sistemico. As significâncias estatísticas dos testes são representadas por meio da seguinte simbologia: \*10%; \*\*5%; \*\*\*1%.

De forma similar aos achados anteriores, tem-se, novamente, a significância positiva da defasagem da quantidade de principais assuntos de auditoria, divulgados no relatório do auditor independente, relacionados a itens das demonstrações financeiras. O resultado evidencia a relevância do GMM para estimação dos parâmetros propostos e a importância dos valores passados de PAA\_RC para explicar a quantidade de PAA no relatório do exercício anual seguinte.

Percebe-se que as seguintes variáveis são capazes de influenciar de forma positiva a quantidade de principais assuntos de auditoria, divulgados no relatório do auditor

independente, relacionado a itens das demonstrações financeiras: o total de honorários de auditoria (AUD\_FEE), a troca de auditor (TR\_AUD), o porte da entidade (TAM), o fato de a entidade ter apresentado prejuízo no exercício (PREJ) e a entidade incorrer em combinação de negócios (COMB\_NEG). Novamente, chama-se atenção às variáveis AUD\_FEE e TR\_AUD, as quais não apresentaram consenso entre os especialistas. Essa divergência entre as variáveis significativas nos três modelos e a ótica dos especialistas sugere que, embora essas características estejam estatisticamente relacionadas a divulgação dos PAA, eles não enxergam uma relação de causa e efeito, pois estão mais focados em fatores que podem afetar o julgamento do auditor independente e não com as características da firma de auditoria.

Por fim, apresentam impacto negativo e significativo, sobre a variável PAA\_RC, a possibilidade de que o auditor seja especialista no setor em que a entidade atua (ESP\_AUD) e o número de subsidiárias evidenciados pela entidade (CPLEX).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi realizada a coleta de dados das variáveis de 309 empresas não financeiras listadas na B3 entre 2016 a 2020, sendo identificados 3.659 PAA na análise de 1.449 relatórios de auditoria, com uma média entre 2 e 3 PAA por relatório, com tendência de queda ao longo do período estudado. Os PAA foram classificados em 30 temas e em seguida, foram categorizados pela sua natureza, sendo relacionados com o risco da entidade (PAA\_RE) ou risco da conta (PAA\_RC), sendo observado que 80% dos temas apresentados durante o período analisado são PAA cuja natureza está relacionada ao risco da conta (PAA\_RC), e os temas mais recorrentes são Contingências e Provisões, Reconhecimento de Receita e Valor Recuperável de Ativos Não Financeiros. Posteriormente, ambas as categorias que representam a natureza dos PAA foram consideradas como variáveis dependentes juntamente com o total de PAA para estimação dos três modelos de dados em painel dinâmico (GMM), nos quais foram incluídas as seis variáveis sugeridas pelos especialistas.

Os resultados dos modelos mostraram que a divulgação total dos PAA é afetada negativamente quando a entidade é auditada por Big4 (BIG4), é regulada por agências reguladoras (SET\_REG), e quando o auditor emite opinião modificada (OPN), e positivamente pela quantidade de PAA divulgada no relatório anterior (PAA t-1) e pelo porte da entidade (TAM). Com relação aos PAA\_RE, eles são afetados negativamente quando a entidade é auditada por Big4 (BIG4), quando a firma é especialista no setor de atuação do cliente (ESP\_AUD) e quando o auditor emite opinião modificada (OPN), e positivamente pela quantidade de PAA\_RE divulgada no relatório anterior (PAA\_RE t-1), se há troca de auditor (TR\_AUD), se o auditor emite opinião modificada no período anterior (OPN\_ANT), se o auditor aponta deficiências significativas de controle interno (DEF\_CI) e se a entidade incorreu em combinações de negócios no período (COMB\_NEG). Sobre os PAA\_RC, eles são afetados negativamente quando a firma é especialista no setor de atuação do cliente (ESP\_AUD) e pela complexidade da entidade (CPLEX), e positivamente pela quantidade de PAA\_RC divulgada no relatório anterior (PAA\_RC t-1), pelos honorários de auditoria (AUD\_FEE), pela troca de auditor (TR\_AUD), pelo tamanho da entidade (TAM), quando a entidade incorre em prejuízo (PREJ) e combinações de negócios no período (COMB\_NEG).

Portanto, conclui-se que o julgamento do auditor é fortemente relacionado aos fatores de risco da entidade e também ao risco do próprio auditor, levando-o a divulgar

assuntos que o resguarde de futuros problemas com a entidade auditada e com *stakeholders*, cumprindo com o seu papel já enunciado pela Teoria da Agência, a qual coloca a auditoria como uma das principais ferramentas de monitoramento para regular conflitos de interesse e reduzir os custos da agência (Piot, 2001). Todavia, é importante destacar que, diante do julgamento exercido pelo auditor na seleção dos PAA, pode existir margem para perda de independência diante de pressões do cliente para que a divulgação dos PAA se sobreponha à uma opinião modificada deixando de sinalizar distorções relevantes ao mercado e ampliando a assimetria informacional.

## REFERÊNCIAS

- Abid, A., Shaique, M., & Anwar ul Haq, M. (2018). Do big four auditors always provide higher audit quality? Evidence from Pakistan. *International Journal of Financial Studies*, 6(2), 58.
- Ardito, Felipe Machado De Souza. (2019). *Determinantes Dos Principais Assuntos De Auditoria: Uma Análise De Empresas Listadas Nas Principais Bolsas Mundiais*. Dissertação do Mestrado em Gestão para a Competitividade da Escola de administração de empresas de São Paulo.
- Asbahr, K.; & Ruhnke, K. (2019). Real effects of reporting key audit matters on auditors' judgment and choice of action. *International Journal of Auditing*; v. 23, issue 2, 1–16p.
- B3a. (2020). *Empresas listadas*. Disponível em: [http://www.b3.com.br/pt\\_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm](http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm). Acesso em jun. 2019.
- Barros, L. A. B. C., Junior, F. H. F. C., Silveira, A. D., & Bergmann, D. R. (2010). A questão da endogeneidade nas pesquisas empíricas em finanças corporativas: principais problemas e formas de mitigação. *Social Science Research Network*, 1(1), 1-32. Acessado em 02 de setembro, 2021, de <http://ssrn.com/abstract=1593187>
- Baum, C. F. (2006). *An introduction to modern econometrics using Stata*. Texas: Stata press.
- Bédard, J.; Gonthier-Besacier, N.; & Schatt, A. (2016.) *Analysis of the Consequences of the Disclosure of Key Audit Matters in the Audit Report*. In: *DAC Accounting Research Seminars. Anais...* Disponível em: <http://www.hec.unil.ch/documents/seminars/dcc/1946.pdf>. Acesso em mai. 2017.
- Bell, T. B.; Knechel, W. R.; & Willingham Jr., J. J. (1994). An Exploratory Analysis of the Determinants of Audit Engagement Resource Allocations. In: *Auditing Symposium XII. Anais...* Lawrence, Kansas.
- Blokdijk, H.; Driehuisen, F.; Simunic, D. A.; & Stein, M. T. (2003). Factors Affecting Auditors' Assessments of Planning Materiality. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 22(2), 297–307. doi:10.2308/aud.2003.22.2.297
- Braunbeck, G. O. (2010). *Determinantes da qualidade das auditorias independentes no Brasil*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo - São Paulo, 129 p.
- Cahan, S. F.; Godfrey, J. M.; Hamilton, J.; & Jeter, D. C. (2008). Auditor Specialization, Auditor Dominance, and Audit Fees: The Role of Investment Opportunities. *The Accounting Review*, 83(6), 1393–1423. doi:10.2308/accr.2008.83.6.1393
- Chaney, P. K.; Jeter, D. C.; & Shivakumar, L. (2004). Self-selection of auditors and audit pricing in private firms. *The Accounting Review* 79 (1): 51–72.
- Clarke, T., Chantal, J. (2009), *European corporate governance reading and perspectives*. New York, NY: Routledge.

Colares, A. C. V.; Alves, I. K. C.; & Ferreira, C. O. (2018). Principais Assuntos de Auditoria: Expectativas dos Auditores Independentes Quanto ao Novo Relatório de Auditoria. *Revista Mineira de Contabilidade*, v. 19, n. 3, art. 6, p. 64-76, setembro/dezembro.

Comissão de Valores Mobiliários. (1999). *Instrução Normativa nº 308*. Dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes. Rio de Janeiro, 19 de maio de 1999. Disponível em: <http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/instrucoes/anexos/300/inst308consolid.pdf>. Acesso em: out. 2019.

Conselho Federal de Contabilidade. (2016b). *Resolução 2016/NBCTA701 que aprova a Norma NBC TA 701 - Comunicação dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor independente*. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA701.pdf>. Brasília, Julho, 2016.

Conselho Federal de Contabilidade. (2016c). *Resolução 2016/NBCTA705 que aprova a Norma NBC TA 705 – Modificações na Opinião do Auditor Independente*. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA705.pdf>. Brasília, Julho.

Defond, M. L.; & Lennox, C. S. (2011). The effect of SOX on small auditor exits and audit quality. *Journal of Accounting and Economics*, 52, 21–40.

Ferreira, C. I. L.; Morais, A. I. (2019). Análise da relação entre as características das empresas e os key audit matters divulgados. *Revista Contabilidade & Finanças*, V. 30, n. 82.

Foster, B. P.; & Shastri, T. (2016). Determinants of going concern opinions and audit fees for development stage enterprises. *Advances in Accounting*, 33, 68–84. doi:10.1016/j.adiac.2016.05.001

Francis, J. R. & Yu, M.D. (2009). Big 4 office size and audit quality. *The Accounting Review* 84(5), 1521-1552.

Gaganis, C.; & Pasiouras, F. (2007). A multivariate analysis of the determinants of auditors' opinions on Asian banks. *Managerial Auditing Journal*, 22(3), 268–287. doi:10.1108/02686900710733143

Ghosh, A.; & Siriviriyakul, S. (2018). Quasi Rents to Audit Firms from Longer Tenure. *Accounting Horizons*: June 2018, Vol. 32, No. 2, pp. 81-102.

Gold, A; & Heilman, M. The consequences of disclosing key audit matters (KAM): A review of the academic literature. *Maandblad voor Accountancy en Bedrijfseconomie*, 93 (1/2), 5–14.

Habib, A. (2013). A meta-analysis of the determinants of modified audit opinion decisions. *Managerial Auditing Journal*, 28(3), 184–216. doi:10.1108/02686901311304349

Ibracon. Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. (2017). *A experiência da aplicação do Novo Relatório do Auditor 1º Ano: principais assuntos de Auditoria*. Disponível em: <http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detDocumento.php?cod=100>. Acesso em: ago. 2020.

Ibracon. Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. (2018). *Principais Assuntos de Auditoria*. Disponível em: <http://www.ibracon.com.br/ibracon/Portugues/detNoticia.php?cod=5573&codregional=6>. Acesso em: ago. 2020.

Ireland, J. C. (2003). An Empirical Investigation of Determinants of Audit Reports in the UK. *Journal of Business Finance Accounting*, 30(7-8), 975–1016. doi:10.1111/1468-5957.05417

Jensen, M. C.; & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial and Economics*, 3, n. 4, p. 305-360.

Kitiwong, W.; & Srijunpetch, S. (2019). Cultural Influences on the Disclosures of Key Audit Matters. *Accounting Profession Journal*, Issue 15, Issue 46, June, 45-63p.



- Lawrence, A.; Minutti-Meza, M.; & Zhang, P. (2011). Can Big 4 versus Non-Big 4 Differences in Audit-Quality Proxies Be Attributed to Client Characteristics? *The Accounting Review*. Vol. 86, No. 1, pp. 259–286.
- Lennox, C. S.; Schmidt, J. J.; & Thompson, A. (2017). Is the Expanded Model of Audit Reporting Informative to Investors? Evidence from the UK (February 8, 2017). Working Paper. Available at SSRN: [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2619785](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2619785).
- Marques, V. A.; Santos, R. P.; Souza, A. V. F. N.; Amaral, H. F.; Souza, A. A.; & Louzada, L. C. (2015). O Efeito Big Four Sobre Os Tipos De Relatórios De Auditoria: Evidências Empíricas No Mercado Brasileiro. In: Congresso dos TOC. *Anais...* 2015.
- Nagy, A. L. (2005). Mandatory audit firm turnover, financial reporting quality, and client bargaining power: the case of Arthur Andersen. *Accounting Horizons*, p.51-68. Jun./2005.
- Ndubuisi, A. N. & Ezechukwu, B. O. (2017). Determinants of audit quality: Evidence from deposit money banks listed on Nigeria Stock Exchange. *International Journal of Academic Research in Accounting, Finance and Management Sciences*, 7(2), 117-130.
- Özcan, A. (2021). What factors affect the disclosure of key audit matters? Evidence from manufacturing firms. *International Journal of Management Economics and Business*, Vol. 17, No. 1.
- Pinto, I.; & Morais, A. I. (2018). What matters in disclosures of key audit matters: Evidence from Europe. *Journal of International Financial Management & Accounting*, 1–18.
- Seganfredo (2019). *Procedimentos utilizados na abordagem dos principais assuntos de auditoria em empresas listadas na B3 S.A.* Dissertação de mestrado. 90f. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- Serra, S. A. E.; & Rodriguez, M. T. F. (2012). Propensão para emitir relatórios de auditoria modificados: análise da variável reputação e nível de especialização do auditor. *Tourism & Management Studies*, vol. 3, pp. 1015-1024, Universidade do Algarve, Faro, Portugal.
- Sierra-García, L., Gambetta, N., García-Benau, M. A.; & Orta-Pérez, M. (2019). Understanding the determinants of the magnitude of entity-level risk and account-level risk key audit matters: The case of the United Kingdom, *The British Accounting Review*, 51, 227 – 240.
- Silva, M. S.; Galdi, F. C.; & Teixeira, A. M. C. Estudo sobre o efeito das eleições presidenciais no gerenciamento de resultados de empresas atuantes em setores regulados. *Contabilidade Vista & Revista*, v. 21, n. 2, p. 45-68, 2010.
- Silva, D. S. C.; Vasconcelos, A. C.; & De Luca, M. M. M. (2017). Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Resultados em Empresas Reguladas e Empresas Não Reguladas. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, set/dez 2017.
- Suttipun, M. (2021). Impact of key audit matters (KAMs) reporting on audit quality: evidence from Thailand. *Journal of Applied Accounting Research*.
- Velte, P. (2018). Does gender diversity in the audit committee influence key audit matters' readability in the audit report? UK evidence. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*. doi:10.1002/csr.1491
- Vik, C.; & Walter, M. C. (2017). *The reporting practices of key audit matters in the big five audit firms in Norway*. 78f. Master Dissertation, BI Norwegian Business School.
- Wooldridge, J. M. (2002). *Econometric analysis of cross section and panel data*. Cambridge, Mass: MIT Press.
- Zerni, M. (2011). Audit Partner Specialization and Audit Fees: Some Evidence from Sweden. *Contemporary Accounting Research*, 29(1), 312–340. doi:10.1111/j.1911-3846.2011.01098.x.